Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

21/08/2012

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. DESEMBARGADORES..... 1
   1.2. OUVIDORIA..... 2
   1.3. PRESIDÊNCIA..... 3
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. DECISÕES..... 4 - 5
   2.2. PRESIDÊNCIA..... 6 - 7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. AÇÕES TJMA..... 8 - 10
   3.2. CASO DÉCIO SÁ..... 11 - 13
   3.3. DECISÕES..... 14
4. JORNAL O DEBATE
   4.1. JUÍZES..... 15
5. JORNAL O QUARTO PODER
   5.1. DECISÕES..... 16
6. JORNAL PEQUENO
   6.1. DESEMBARGADORES..... 17
   6.2. JUÍZES..... 18 - 19
   6.3. PRESIDÊNCIA..... 20
   6.4. PUBLICIDADE LEGAL..... 21

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Lei da mordaça I

Os juízes auxiliares da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Francisca Galiza e José Nilo Ribeiro discutiram nesta segunda-feira (20) com o delegado Alberto Wagner Santos (Polinter) e o assessor especial da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Daniel Brandão, a proposta que prevê o acesso dos juízes aos mandados de prisão. O objetivo é facilitar o acompanhamento das expedições e cumprimento dos mandados. De acordo com informações do delegado Santos existem atualmente cerca de 10 mil mandados de prisão. No TJMA esse número chega a 30.

Lei da mordaça II

A juíza Francisca Galiza informou que a proposta está em fase de estudo e quando houver uma definição a mesma será encaminhada à presidência do TJMA e à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).Participaram da reunião a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Batista, e Paulo Rocha Neto, diretor de Informática.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ouvidoria do TJMA amplia atendimentos

A Ouvidoria do Judiciário maranhense registrou 801 atendimentos entre os meses de janeiro e junho deste ano, incluindo reclamações, elogios, críticas e dúvidas de usuários de serviços da Justiça. O número é superior ao dobro levantado no mesmo período em 2011, quando o órgão foi acionado 384 vezes. Mais de 90% das ocorrências foram resolvidas. "Os números apontam para maior conscientização popular quanto ao papel da Ouvidoria, por meio de campanhas de divulgação e de audiências públicas nas comunidades. As pessoas estão elegendo o órgão como um canal eficiente de resposta a anseios da população", aponta o ouvidor do Judiciário, desembargador Lourival Serejo.

De acordo com relatório do órgão, a maioria das manifestações (376) foi feita por telefone, pelo sistema de chamadas gratuitas ao Telejudiciário. Há, também, números significativos de participações por e-mail (165), por formulário eletrônico disponível no link da Ouvidoria em www.tjma.jus.br (90) e encaminhadas pela Ouvidoria do CNJ (44). As principais demandas se referem à morosidade da Justiça (532) e dúvidas diversas.

Transparência e eficiência a serviços

Criada pela Resolução nº. 20/2010, a Ouvidoria foi instalada em novembro de 2010, no Jaracati Shopping, em espaço onde funcionava as Casas de Justiça e Cidadania. O objetivo do órgão é transmitir transparência e eficiência a serviços do Judiciário e servir de canal de comunicação entre o poder e a sociedade.

Para manter uma relação de proximidade entre o cidadão e o Judiciário, o órgão vem promovendo audiências públicas nos bairros, onde as comunidades expõem ao ouvidor dúvidas sobre o funcionamento da Justiça no Estado. "É importante esse contato, pois a população se sente valorizada, mudando a ideia de Justiça e retirando aquela impressão de inacessibilidade", salienta.

Telejudiciário ao seu lado

O atendimento pode ser solicitado na sede, por carta, pelo telefone (98) 3221-0393, pelo Telejudiciário (0800-7071581) ou por formulário no site do TJMA. O atendimento funciona na Casa de Justiça e Cidadania (térreo do Shopping Jaracati), ao lado do Viva Cidadão, das 8 às 18h. A Ouvidoria não recebe consultas, reclamações, denúncias e postulações que exijam providência ou manifestação de competência do Plenário do Tribunal ou da Corregedoria Geral da Justiça. Os registros não podem ser anônimos. Também não são recebidas denúncias de fatos que constituam crimes, que são de competência do Ministério Público e das polícias.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz substituto

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargadora Anildes Cruz, comunicou ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Guerreiro Júnior, que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao apreciar a lista tríplice que indicou os advogados Daniel Blume Pereira de Almeida, Adroaldo Souza e Francisco Florismar de Almeida para a vaga de juiz substituto do TRE, decidiu que apenas Blume e Souza podem pleitear o cargo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

OPERADORAS DE TELEFONIA NA JUSTIÇA

É cada vez mais acentuado o número de ações nos juizados de pequenas causas contra empresas de telefonia fixa e móvel. A maioria são decorrentes dos péssimos serviços prestados, mas é bem expressivo o número de vítimas de calote pelas empresas. Oferecem um serviço e cobram por ele, mas não correspondem por deficiências técnicas ou até mesmo por irresponsabilidade operacional. O número de ações é bem crescente, o que poderá proporcionar ao Tribunal de Justiça criar um juizado específico para tratar exclusivamente da incompetência de operadoras de telefonia e dos casos que envolvem plano de saúde.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Suspensa reintegração de posse na comunidade Santa Helena (I)

Por unanimidade, os desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas votaram, pela concessão de mandado de segurança para suspender os efeitos da decisão de reintegração de posse que atingiria 30 famílias da comunidade Santa Helena, na Estrada do Quebra Pote, em São Luís. A decisão do órgão colegiado do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) permanece até que seja julgado o recurso de embargos de terceiros, ajuizado pela União de Moradores de Santa Helena, que afirma representar 180 famílias que habitam e desenvolvem atividades agrícolas numa área de 75 hectares, cedida pelo Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (Iterma).

Suspensa reintegração de posse na comunidade Santa Helena (II)

A União de Moradores entrou com o mandado de segurança, alegando omissão do Juízo da 8ª Vara Cível da capital, e sustenta não fazer parte do processo de reintegração de posse movido por Ademilson Dall Agnol e Ademar Mário Zauza contra a Associação de Hortifrutigranjeiros de São Joaquim. A entidade disse ter sido surpreendida, em outubro de 2011, pelo mandado de reintegração de posse, determinando a desocupação, em prazo de 15 dias, sob pena de despejo forçado de parte da área cedida pelo Iterma, onde estão assentadas as 30 famílias. O relator, desembargador Vicente de Paula Castro, julgou procedente o pedido da união de moradores, concedendo a segurança pleiteada pela entidade civil. O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi no mesmo sentido.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ fará nova escolha para juiz substituto do TRE

POLITICANDO - Página 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ fará nova escolha para juiz substituto do TRE

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargadora Anildes Cruz, comunicou ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Guerreiro Júnior, que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao apreciar a lista tríplice que indicou os advogados Daniel Blume Pereira de Almeida, Adroaldo Souza e Francisco Florismar de Almeida para a vaga de juiz substituto do TRE, decidiu que apenas Blume e Souza podem pleitear o cargo. Em relação à indicação de Francisco Florismar de Almeida houve indeferimento do TSE, uma vez que o artigo 25 do Código Eleitoral estabelece que juiz aposentado não pode concorrer a cargo na Justiça Eleitoral. O TJMA está tomando as providências necessárias para escolha de um novo nome que complementará a mencionada lista, o que deve ocorrer em sessão administrativa do Pleno do Tribunal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

De Jesus

Guerreiro Júnior e Lourival Serejo observam obras da exposição

Justiça abre mostra em homenagem aos 400 anos de São Luís

Exposição *A Justiça e a Cidade* foi aberta ontem no Fórum Desembargador Sarney Costa. Catálogo do Poder Judiciário foi lançado na ocasião. **Geral 10**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Judiciário homenageia os 400 anos de São Luís com exposição

Evento foi aberto ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa; a exposição *A Justiça e a Cidade* apresenta fragmentos do passado da capital; na ocasião, ocorreu o lançamento do *Catálogo de Documentos e Manuscritos do Poder* Judiciário

Thiago Bastos
Da equipe de **O Estado**

Em homenagem ao quarto centenário de São Luís, o Judiciário maranhense abriu oficialmente, em solenidade realizada na noite de ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a exposição *A Justiça e a Cidade*, que apresenta fragmentos do passado histórico da capital maranhense. Durante o evento, houve ainda o lançamento do *Catálogo de Documentos e Manuscritos do Poder Judiciário*.

Presente na solenidade, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, disse que é uma honra prestar homenagens a São Luís. "Em nome do TJ, parabenizo a todos pela organização da exposição e pelo resgate de um passado que torna a capital maranhense ainda mais importante no cenário nacional. Este ano, existe a possibilidade de o Judiciário lançar um livro, com novecentas ilustrações referentes a São Luís, que deverá ter dois ou três volumes. Além disso, em novembro de 2013, lançaremos um livro homenageando o bicentenário da instalação do Tribunal de Justiça no Maranhão", afirmou o desembargador.

As ilustrações, que constam nos acervos de litografias e cartões postais de colecionadores, elencam acontecimentos marcantes acerca dos primórdios da Justiça do Maranhão. Os costumes, como o leiteiro que passava de porta em porta, o vestiário de passeio e a mobília de época, além dos ambientes que ficaram no passado, como as praças Gonçalves Dias e João Lisboa e prédios históricos - como a sede da administração municipal de São Luís e do antigo prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão - foram representados pelo olhar fotográfico e capacidade de restauração e resgate histórico.

Segundo o coordenador da exposição, desembargador Lourival Serejo, a ação preserva a tradição do Judiciário Maranhense. "Algumas ilustrações ajudam a lembrar ao público que a Justiça está presente, como a Corte do segundo grau, desde o século XVII, sendo a terceira mais antiga do país. É importante que a população conheça mais sobre essa rica história e compareça à exposição", disse o desembargador.

Catálogo - Durante a programação, houve o lançamento do primeiro volume da coletânea *Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário*, contendo o registro de documentos judiciais da Comarca de São Luís. O documento foi entregue, simbolicamente, pelo desembargador Lourival Serejo, ao presidente do TJ/MA e ao subsecretário da Casa Civil, Antonio José Muniz, que representou a governadora Roseana Sarney. A obra, inédita, faz parte da coleção *Pontos de História*, que reúne autos cíveis e criminais do Maranhão, tendo como ponto de partida as comarcas mais antigas do estado.

Palestras - Na abertura do evento, ocorreram palestras com especialistas que abordaram sobre os primeiros ordenamentos jurídicos instituídos no Maranhão. O historiador, escritor e desembargador aposentado e ex-presidente do TJ/MA Milson Coutinho, falou sobre *O Judiciário em Quatro Séculos*, com o enfoque em aspectos históricos em torno da origem e fundação da cidade, relacionados aos primórdios da Justiça.

Além dele, houve ainda a palestra do professor-doutor em Direito do Estado, José Cláudio Pavão Santana, que falou da influência da França Equinocial para a consolidação da Justiça do estado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Fotos/De Jesus

Ilustrações do início do século XX da cidade de São Luís, destacando-se o prédio do Tribunal de Justiça

O presidente do TJMA, Guerreiro Júnior, abriu a exposição

Desembargador Lourival Serejo entrega exemplares de manuscritos ao ex-presidente do TJ Milson Coutinho

Serviço

EXPOSIÇÃO: *A Justiça e a Cidade*

QUANDO: 21 a 24 deste mês

HORÁRIO: 8h às 18h

LOCAL: Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau

ENTRADA GRATUITA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Polícia Civil começa a investigar crimes de agiotagem no estado

Principal objetivo é identificar as ramificações da quadrilha de agiotas que encomendou o assassinato do jornalista Décio Sá. **Polícia 6**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Polícia Civil inicia investigação dos crimes de agiotagem no Maranhão

Comissão formada por três delegados começa a análise dos documentos apreendidos com a quadrilha de agiotas que teria encomendado o assassinato do jornalista Décio Sá; objetivo do inquérito é identificar as ramificações do bando no estado

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

O inquérito policial que vai apurar crimes de agiotagem no Maranhão, oficialmente aberto ontem pela Polícia Civil, não se limitará apenas a investigar a quadrilha liderada pelo empresário agiota Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos - indiciado como um dos mandantes e financiadores do assassinato do jornalista Décio Sá, de 42 anos. Segundo o delegado Augusto Barros Neto, da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), o principal objetivo, nesta fase dos trabalhos, é identificar as ramificações do bando, também formadas por gestores de prefeituras municipais.

"Quando falamos do agiota Gláucio Carvalho, nos referimos, é claro, a uma das redes de agiotagem mais bem organizadas que já existiram no estado. Porém, não significa dizer que a Polícia Civil vai se focar apenas neste grupo. Ao contrário. Como já foi confirmada a existência de uma 'organização criminosa' bem estruturada, tanto interna quanto externamente, sabe-se que existem várias outras quadrilhas semelhantes e nenhuma ficará de fora das investigações, a saber, as prefeituras envolvidas no esquema de desvio de recursos públicos", disse o chefe da Seic.

A nova comissão investigadora, segundo determinação da Delegacia Geral de Polícia Civil do Maranhão, é formada pelos delegados Maymone Barros (presidente do inquérito), Breno Galdino e Roberto Wagner Fortes. Ontem, por volta do meio-dia, os três tiveram a primeira reunião a portas fechadas, na sede da Seic, no Bairro de Fátima, onde começaram a analisar toda a documentação apreendida durante a Operação Detonando, realizada no dia 13 de junho, na capital e no interior, e que resultou na prisão de seis das 13 pessoas indiciadas na morte do blogueiro maranhense.

Documentos - Entre o material apreendido, além dos diversos documentos, estão à disposição dos investigadores da nova comissão vários aparelhos celulares, pelo menos três Centrais de Processamento de Dados (CPUs) e os 37 talonários de cheques em brancos, assinados por gestores de prefeituras municipais, que estavam em poder de Gláucio Carvalho, e seu pai, o também empresário agiota José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, presos na ação policial, e indiciados na conclusão do inquérito que investigou a morte do repórter da editoria de Política de **O Estado**.

Por enquanto, a divulgação da lista de prefeituras, porém, ainda é mantida sob sigilo. De acordo com o superintendente da Seic, para não atrapalhar o trabalho da polícia, principalmente na identificação de outros gestores ainda não citados, mas que podem ter alguma ligação direta com redes de agiotagem no estado ou fora dele. "Nesse primeiro momento, vamos fazer a triagem de todo o material. Já temos, obviamente, uma lista de gestores públicos, mas a quantidade de prefeitos envolvidos no esquema pode aumentar no decorrer das investigações", adiantou Augusto Barros Neto.

"Durante o caso Décio Sá, a polícia se manteve focada no crime de homicídio e em sua motivação, que foram as denúncias feitas pelo jornalista em seu blog, nas quais relacionava desvios de verbas estaduais e federais destinadas à merenda escolar, para superfaturamento próprio dos agiotas. Agora, porém, vamos mais longe na análise desse material apreendido, com o intuito de conhecer as transações financeiras de cada integrante do bando, e suas relações com esses prefeitos. A partir daí, todos os gestores citados serão fatalmente convidados a prestar esclarecimentos", disse Barros.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Biné Morais

Delegado Augusto Barros, superintendente da Seic, acredita na identificação das quadrilhas de agiotas

Biaman Prado

Biaman Prado

José de Alencar Miranda Carvalho e Gláucio Alencar Pontes Carvalho, líderes dos crimes de agiotagem

Ex-prefeito que denunciou delegado já foi interrogado

A Polícia Civil também confirmou, ontem, que o ex-prefeito do município de Serrano do Maranhão, Vagno Pereira, conhecido como Banga, prestou depoimento à comissão investigadora no fim da semana passada. A oitiva do ex-gestor municipal, segundo a polícia, foi mantida em sigilo a pedido do interrogado, que, no dia 3 deste mês, fez denúncias à imprensa que apontam o delegado de Polícia Federal, Pedro Meireles, e o deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) como supostos integrantes da rede de agiotagem liderada pelo agiota Gláucio Carvalho.

O conteúdo do depoimento de Banga não foi revelado pela comissão de delegados. Porém, no início do mês, em entrevista ao Programa Ponto Final (**Rádio Mirante AM**), o ex-prefeito de Serrano do Maranhão já havia afirmado que sua prisão - feita pela Polícia Federal em março de 2010, durante a Operação Rapina V (comandada por Meireles) -, teria sido uma espécie de "armação", planejada pela rede de agiotas, já que se recusou a pagar um débito de R$ 200 mil deixado na Prefeitura durante a gestão do ex-prefeito da cidade Leocádio Rodrigues.

Em sua denúncia, Banga também afirmou que Gláucio Carvalho havia lhe convidado para almoçar em um restaurante, em São Luís, e durante o encontro exigiu o pagamento da dívida, oferecendo, inclusive, 20 folhas de cheques da própria Prefeitura de Serrano do Maranhão. Banga, antes de encerrar a entrevista, por telefone, lembrou ainda que ficou preso por 45 dias e que foi afastado do cargo, assumido pelo presidente da Câmara de Vereadores, Hermínio Pereira, filho de Leocádio Rodrigues, cassado por improbidade administrativa.

Caso Décio Sá

O inquérito que investigou a morte do jornalista Décio Sá foi concluído e encaminhado no fim da tarde de sexta-feira (18), à 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, pela comissão de delegados que trabalhou no caso. Na entrega da documentação, formada por 1.970 páginas, distribuídas em 31 volumes, a Polícia Civil anunciou o indiciamento de 13 pessoas, como partícipes (diretos e indiretos) no crime de homicídio que vitimou o blogueiro do **Sistema Mirante**. Quatro nomes não foram revelados pela polícia.

Além dos líderes da rede de agiotagem que ofereceu R$ 100 mil pela morte de Décio Sá, foram indiciados o pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, que confessou ter efetuado os cinco tiros de pistola calibre ponto 40 contra o jornalista, três deles na cabeça.

Também foram indiciados três intermediadores do crime, os empresários José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Buchecha*, de 32 anos, presos na ação policial, e Shirliano Graciano de Oliveira, o *Balão*, de 27 anos, que continua foragido.

Também tiveram prisões decretadas, mas ainda não foram presos, Elker Farias Veloso, o *Diego*, de 26 anos, piloto de fuga do executor, e um homem identificado apenas como *Neguinho*, que teria apresentado o matador ao bando. A sexta pessoa presa e indiciada no inquérito foi o subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar, capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, de 36 anos. Segundo a polícia, o oficial foi citado no depoimento do executor do crime como a pessoa que supostamente teria fornecido a arma do crime.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Suspensa reintegração de posse em São Luís

Por unanimidade, os desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas votaram pela concessão de mandado de segurança para suspender os efeitos da decisão de reintegração de posse que atingiria 30 famílias da comunidade Santa Helena, na Estrada do Quebra-Pote, em São Luís.

A decisão do órgão colegiado do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) permanece até que seja julgado o recurso de embargos de terceiros, ajuizado pela União de Moradores de Santa Helena, que afirma representar 180 famílias que habitam e desenvolvem atividades agrícolas numa área de 75 hectares, cedida pelo Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (Iterma).

A União de Moradores entrou com o mandado de segurança, alegando omissão do Juízo da 8ª Vara Cível da capital e sustenta não fazer parte do processo de reintegração de posse movido por Ademilson Dall Agnol e Ademar Mário Zauza contra a Associação de Hortifrutigranjeiros de São Joaquim.

A entidade disse ter sido surpreendida, em outubro de 2011, pelo mandado de reintegração de posse, determinando a desocupação, em prazo de 15 dias, sob pena de despejo forçado de parte da área cedida pelo Iterma, onde estão assentadas as 30 famílias.

O relator, desembargador Vicente de Paula Castro, julgou procedente o pedido da união de moradores, concedendo a segurança pleiteada pela entidade civil. O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi no mesmo sentido.

O sessão em que o processo foi julgado ocorreu sexta-feira (17) e foi a primeira com a participação do desembargador Raimundo Barros, eleito e empossado em 1º deste mês, além de diplomado quarta-feira (15).

O presidente do órgão colegiado, desembargador Jorge Rachid, deu boas-vindas ao novo membro do TJMA, a quem atribuiu o perfil de comprometido com a cidadania.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Conselheiro do CNJ visita Fórum do Calhau I

O juiz titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau (SC) e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), José Lúcio Munhoz, visitou, na sexta-feira (17), o prédio anexo do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Ele foi acompanhado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e pelo juiz diretor do fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim.

Conselheiro do CNJ visita Fórum do Calhau II

Durante a visita, o conselheiro do CNJ conheceu as modernas instalações de alguns setores administrativos e unidades jurisdicionais do fórum, como a Distribuição Judicial, a 2ª Vara da Fazenda Pública, a 6ª Vara Cível e os Salões do Júri.Na oportunidade, Lúcio Munhoz destacou a importância da nova estrutura do Fórum de São Luís. "O Tribunal de Justiça do Maranhão está de parabéns pelo prédio e pelo trabalho desempenhado pelos magistrados. Quando se propicia um tratamento condigno aos servidores, magistrados, advogados e à sociedade em geral, a justiça se faz presente com mais intensidade", ressaltou o conselheiro.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Em São Luís

Suspensa reintegração de posse na comunidade Santa Helena

Raimundo Barros participou da primeira sessão como desembargador

Por unanimidade, os desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas votaram, pela concessão de mandado de segurança para suspender os efeitos da decisão de reintegração de posse que atingiria 30 famílias da comunidade Santa Helena, na Estrada do Quebra Pote, em São Luís.

A decisão do órgão colegiado do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) permanece até que seja julgado o recurso de embargos de terceiros, ajuizado pela União de Moradores de Santa Helena, que afirma representar 180 famílias que habitam e desenvolvem atividades agrícolas numa área de 75 hectares, cedida pelo Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (Iterma).

A União de Moradores entrou com o mandado de segurança, alegando omissão do Juízo da 8ª Vara Cível da capital, e sustenta não fazer parte do processo de reintegração de posse movido por Ademilson Dall Agnol e Ademar Mário Zauza contra a Associação de Hortifrutigranjeiros de São Joaquim.

A entidade disse ter sido surpreendida, em outubro de 2011, pelo mandado de reintegração de posse, determinando a desocupação, em prazo de 15 dias, sob pena de despejo forçado de parte da área cedida pelo Iterma, onde estão assentadas as 30 famílias.

O relator, desembargador Vicente de Paula Castro, julgou procedente o pedido da união de moradores, concedendo a segurança pleiteada pela entidade civil. O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi no mesmo sentido.

NOVO MEMBRO– O sessão em que o processo foi julgado ocorreu sexta-feira (17) e foi a primeira com a participação do desembargador Raimundo Barros, eleito e empossado em 1º de agosto passado, além de diplomado quarta-feira (15).

O presidente do órgão colegiado, desembargador Jorge Rachid, deu boas-vindas ao novo membro do TJMA, a quem atribuiu o perfil de decente, imparcial e comprometido com a cidadania.

A desembargadora Raimunda Bezerra também saudou Raimundo Barros, em nome de todas as desembargadoras do TJMA. O procurador de justiça Marco Antonio Guerreiro o considerou um magistrado muito competente, comprometido com o social.

Barros agradeceu pelas manifestações de elogio e disse esperar corresponder à expectativa no Tribunal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ-MA e Secretaria de Segurança discutem acesso a mandados de prisão

Os juízes auxiliares da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Francisca Galiza e José Nilo Ribeiro discutiram ontem (20) com o delegado Alberto Wagner Santos (Polinter) e o assessor especial da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Daniel Brandão, a proposta que prevê o acesso dos juízes aos mandados de prisão.

O objetivo é facilitar o acompanhamento das expedições e cumprimento dos mandados. De acordo com informações do delegado Santos existem atualmente cerca de 10 mil mandados de prisão. No TJMA esse número chega a 30.

A juíza Francisca Galiza informou que a proposta está em fase de estudo e quando houver uma definição a mesma será encaminhada à presidência do TJMA e à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

Participaram da reunião a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Batista, e Paulo Rocha Neto, diretor de Informática.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Conselheiro do CNJ visita novas instalações do Fórum do Calhau

O juiz titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau (SC) e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), José Lúcio Munhoz, visitou, na sexta-feira (17), o prédio anexo do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Ele foi acompanhado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e pelo juiz diretor do fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim.

Durante a visita, o conselheiro do CNJ conheceu as modernas instalações de alguns setores administrativos e unidades jurisdicionais do fórum, como a Distribuição Judicial, a 2ª Vara da Fazenda Pública, a 6ª Vara Cível e os Salões do Júri.

Na oportunidade, Lúcio Munhoz destacou a importância da nova estrutura do Fórum de São Luís. "O Tribunal de Justiça do Maranhão está de parabéns pelo prédio e pelo trabalho desempenhado pelos magistrados. Quando se propicia um tratamento condigno aos servidores, magistrados, advogados e à sociedade em geral, a justiça se faz presente com mais intensidade", ressaltou o conselheiro.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AMMA repudia afirmações de deputado contra juiz de Bom Jardim

A Associação de Magistrados do Maranhão repudiou as palavras do ex-deputado Luciano Genésio (PCdoB) que, em discurso proferido da tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão, no dia 8 de agosto de 2012, fez denúncia contra o juiz Raul José Duarte Goulart Júnior, titular da Comarca de Bom Jardim.

Conforme matéria veiculada na Agência de Notícias da Assembleia Legislativa e no **Jornal Pequeno**, o parlamentar acusa de "suspeitas" as decisões do juiz, "que poderão desequilibrar a disputa eleitoral no município de Bom Jardim".

A AMMA reitera apoio ao juiz Raul José Duarte por entender que não há nada que desabone sua conduta no exercício da judicatura, e afirma que não aceitará qualquer tentativa de intimidar ou macular a legitimidade dos membros do Judiciário, aos quais é assegurado o direito de julgar conforme seu livre convencimento.

De acordo com a AMMA, o juiz, no exercício do seu múnus público, tem a autonomia de decidir dentro do contexto do convencimento por ele formado à luz das informações existentes nos autos. Eventuais insatisfações, que decorrem da natureza humana, devem ser atacadas na forma estabelecida dentro do devido processo legal. A AMMA afirma que o comportamento adotado pelo referido cidadão, longe de contribuir para o aperfeiçoamento do processo democrático, busca insuflar a disputa eleitoral que já se revela acirrada e em nada contribui para o engrandecimento do exercício do sufrágio universal, definidor da escolha dos candidatos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ Florismar barrado

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargadora Anildes Cruz, comunicou ao presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, que o TSE, ao apreciar a lista tríplice que indicou os advogados Daniel Blume Pereira de Almeida, Adroaldo Souza e Francisco Florismar de Almeida para a vaga de juiz substituto do TRE, decidiu que apenas Blume e Souza podem pleitear o cargo.

Em relação à indicação de Francisco Florismar de Almeida houve indeferimento do TSE, uma vez que o artigo 25 do Código Eleitoral estabelece que juiz aposentado não pode concorrer a cargo na Justiça Eleitoral.

O TJMA está tomando as providências necessárias para escolha de um novo nome que complementará a mencionada lista, o que deve ocorrer em sessão administrativa do Pleno do Tribunal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ-MA.
End: Rua Rui Barbosa, S/N, Centro Cep: 65.900-440
fone: (99) 2101-4000 Fax: (99) 2101-4004

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

O DOUTOR JOSÉ RIBAMAR SERRA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital de Citação, virem ou dele conhecimento tiverem, nos autos de **AÇÃO DE Ação Monitoria (Proc. n.º 6516-48.2009.8.10.0040)** requerido por **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.** contra **ELETRO INFORMÁTICA LTDA, IVANNA BANDEIRA DE SOUSA**, que se processam perante este juizo e respectiva secretaria, constando nos autos que a requerida encontra-se em lugar incerto e não sabido, **CITA** a ELETRO INFORMÁTICA LTDA, IVANNA BANDEIRA DE SOUSA, *"para que paguem no prazo de 15 (quinze) dias, a divida objeto da presente ação que, nos termos da inicial, já alcançaria a cifra de R$46.621,02, mais eventuais acréscimos, dívida esta, proveniente do Instrumento particular de Contrato de Financiamento e de contrato de antecipação de cheques em custódia, firmada entre o autor e a primeira Requerida, figurando a segunda como interveniente garantidor e devedor solidário, ou oferecer embargos, através de advogado devidamente constituído, no prazo de 15 (quinze) dias, constados do decurso do prazo do presente edital, independentemente de prévia segurança do Juízo. Ficando cientes os réus de que, a caso cumpram a ordem, ficarão isentos de custas e honorários advocatícios (art. 1.102c, § 1º, CPC), fixados, entretanto, estes, para o caso de descumprimento, e salvo embargos, em 20% (vinte por cento) sobre o valor. Devendo constar ainda do edital que, nesse prazo, poderão oferecer embargos, e que, caso não aja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, ou seja, decorrendo o prazo In Albis.* E para que ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente edital que será publicado na forma da lei, com observância ao art. 232 do CPC e seus incisos, em especial os de nº III e IV. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 8 (oito) de Março de 2012. Eu, **Geisa Cobas Xavier** , Secretária Judicial da 3ª Vara Cível, fiz digitar, subscrevo.

José Ribamar Serra
Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação